

TRAVESSIAS CURRICULANTES: o ensino remoto e currículo continuum 2020-2021

CURRICULANT JOURNEYS: remote teaching and curriculum continuum 2020-2021

Isaura Francisco de Oliveira¹ - UNEB
Natália Portela Pereira² - UNEB
Maria da Conceição Alves Ferreira³ - UNEB

RESUMO

Este artigo é o resultado de uma investigação que tem com questão central qual é a percepção dos professores e gestores escolares sobre o ensino remoto e currículo continuum 2020-2021? O estudo buscou: a) Identificar a concepção de currículo presente nas narrativas dos interlocutores da pesquisa; b) Conhecer e analisar como tem se materializado a proposta educacional que estabelece ensino remoto e currículo continuum 2020-2021; c) Identificar e analisar a política de formação continuada oferecida pelo município e pela escola, frente a desafios do ensino remoto. A metodologia adotada pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, adotando o questionário semiestruturado. Os resultados apontam a necessidade de fazer ecoar narrativas docentes sobre o cenário educacional emergente de experiências docentes em um cenário de ensino remoto, colapsado por questões de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto; Currículo; Narrativas docentes

ABSTRACT

This article is the result of an investigation that has as central teaching question what is the perception of teachers and school managers about the remote and continuous curriculum 2020-2021? The study sought to: a) Identify the creation of the curriculum present in the narratives of the research interlocutors; b) Know and study how an educational proposal that establishes remote teaching and the continuous curriculum 2020-2021 has been materialized; c) Identify and identify the continuing education policy of the municipality by and by the school, facing the challenges of remote teaching. The methodology studied, of a qualitative approach, of a graphic nature, adopting the exploratory semi-structured. The results point to the need to make narratives echo teachers about the educational scenario emerging from teaching experiences in a remote teaching scenario, collapsed by health issues.

KEYWORDS: Remote learning; Resume; Teaching narratives

DOI: 10.21920/recei72022825172186
<https://dx.doi.org/10.21920/recei72022825172186>

¹Mestra em Educação de Jovens e Adultos - UNEB. Professora da Universidade do Estado da Bahia. Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Arnaldo Cardoso em Riacho de Santana - BAHIA. E-mail: isaurauneb@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5691-5697>.

²Mestra em Educação de Jovens e Adultos - UNEB. Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia. E-mail: nataliaportela978@outlook.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5526-237X>.

³Doutora em Educação pela UFRN. Professora Titular do Departamento de Educação campus I - UNEB. E-mail: consinha@terra.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9408-2750>

INTRODUÇÃO

É notório na história da humanidade que, em períodos de crises, o ser humano passe por tragédias, e que, apesar disso, seja impulsionado a mudanças. O período atual, sob a pandemia do Coronavírus, não está sendo diferente.

A conjuntura brasileira em que a grande área Educação é protagonista, tem feito os seus atores se reorganizarem, em âmbito municipal e estadual. Neste caso, tratar-se-á do município de Riacho de Santana, para compor um recorte municipal, ao mesmo tempo em que a rede de educação do estado da Bahia representará um contorno do Estado, propriamente dito.

Em 2017, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Estados e Municípios tiveram que construir seus próprios documentos orientadores de currículo. O Estado da Bahia aprovou em 2018, o Documento Curricular Referencial (DCRB) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. “O mesmo foi construído em colaboração permanente entre Municípios e Estado com a participação de diversos segmentos de nossas Redes de Ensino, alicerçando uma consistente integração, capaz de promover o aperfeiçoamento do Sistema de Educação Básica [...]” (BAHIA, DCRB, 2018, p. 8).

Em 2020, nesta mesma direção, o município de Riacho de Santana elaborou o seu Referencial Curricular Municipal (RCM). “Um referencial curricular que reforça as especificidades e cultura locais, aprecia o trabalho e reconhece os aspectos a serem desenvolvidos, as potencialidades do nosso território e da nossa gente”. (RIACHO DE SANTANA, RCM, 2020, p. 12). Paralelo à construção do currículo, as aulas presenciais foram suspensas e as escolas se articularam para encaminhar as atividades aos alunos por meio do ensino remoto.

A Secretaria Municipal de Educação, contudo, mesmo que as unidades de Ensino tenham apresentado propostas e atividades pedagógicas, o ano letivo de 2020, não foi validado, haja vista que a Rede Municipal de Ensino não dispunha das condições previstas pela Resolução do CEE de n.º 27, de 25 de março de 2020.

Neste ano de 2021, com um referencial aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, para ser materializado pelas escolas, o município fez a opção pelo Currículo Continuum 2020-2021, com base na Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020 que assegura a carga horária mínima de 1.500 horas, referente aos dois anos letivos.

A Rede Estadual de Educação da Bahia, neste sentido, instaurou o ensino remoto, com a promessa da sua hibridização, com base na aplicação da proposta acerca do que designam de currículo continuum 2020-2021 nas escolas de Ensino Fundamental II e Médio, sobre as quais o Governo da Bahia, através da Secretaria de Educação e Cultura rege as diretrizes de funcionamento administrativo e pedagógico, diretamente, valendo-se da mesma lei citada acima, apresentada da seguinte forma no documento norteador elaborado pelo Governo, chamado de Protocolo da Educação para o ano 2020/2021, que dispõe sobre carga-horária na fase Planejamento do protocolo:

Conforme previsto na Lei 14.040/2020, as atividades letivas serão cumpridas no formato do continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares, possibilitando a integralização da carga horária não realizada em 2020, com foco nos objetivos de aprendizagem, respeitando-se as especificidades das ofertas e modalidades de ensino (BAHIA, 2021, p. 5).

O cenário pandêmico, em que uma crise de saúde planetária se instalou, provocando um número elevadíssimo de mortes, doentes gravíssimos, leitos de unidade de terapia intensiva

lotadíssimos, comércios fechados, aglomerações proibidas, escolas fechadas, desencadeando um caos social inimaginável em tempos atuais, quando parecia que a evolução humana, respaldada pela ciência dispunha de todo conhecimento provável para manter só em filmes, situações como essa, o Governo da Bahia no Brasil, se viu obrigado a suspender aulas, como decretou:

Art. 7º - Em função dos casos confirmados de coronavírus nos Municípios de Salvador, Feira de Santana e Porto Seguro, ficam suspensos, pelo período de 30 (trinta) dias: II - as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros. (DECRETO 19.529 DE 16 DE MARÇO DE 2020).

Vale dizer que, desde então, este decreto é estendido a cada trinta dias, tendo ficado o ano de 2020 sem um dia de aula sequer, nas escolas públicas, com retomada neste ano de 2021, sob uma configuração pedagógica outra, pautada no ensino remoto, recheado por um currículo continuum 2020-2021.

É nesse contexto que se insere o estudo que deu origem a este artigo. A questão central que deu origem a este estudo foi: Qual a percepção de professores (as) e gestores(as) escolares sobre o ensino remoto e o currículo continuum 2020-2021? Com base neste questionamento, objetivos foram elencados, como: a) Identificar a concepção de currículo, presente nas narrativas dos interlocutores da pesquisa; b) Conhecer e analisar como tem se materializado a proposta educacional, que estabelece ensino remoto e currículo continuum 2020-2021, especificamente, no município de Riacho de Santana e na Rede de Educação do Estado da Bahia; c) Identificar e analisar a política de formação continuada oferecida pelo Município e pelo Estado frente aos desafios do ensino remoto.

De posse, da questão problematizadora, dos objetivos, da temática, desenhou-se uma pesquisa exploratória, conforme os objetivos sugeridos, de abordagem qualitativa, visto que pretendeu-se delinear o fenômeno ensino remoto, baseado em depoimentos de docência e gestão escolar sobre o ensino atual e o currículo adotado, de cunho bibliográfico, por abordar conceitos, como o de currículo e ensino, adotando o questionário semiestruturado.

A temática aqui escolhida fica a cargo da emergência de fazer ecoar narrativas docentes sobre o cenário educacional, visto e sentido pela docência e gestão escolar, visando contribuir, de forma coletiva, com as práticas pedagógicas, responsáveis pela veia escolar, através da identificação e análise de experiências emergenciais em um cenário de ensino remoto, colapsado por questões de saúde. Para dar prosseguimento a esta discussão, apresentar-se-ão o currículo prescrito e travessias curriculantes, o plano de aprendizagem para o ensino remoto: currículo continuum 2020 - 2021 / Lei 14. 040 de 18 de agosto de 2020, bem como o percurso da pesquisa, o referencial curricular municipal e a formação do professor na efetivação do currículo continuum 2020-2021 / Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020, a percepção da comunidade escolar sobre o currículo continuum 2020-2021 / Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020, algumas reflexões advindas do estudo em questão e, por fim, as referências.

CURRÍCULO PRESCRITO E TRAVESSIAS CURRICULANTES

Ao ler Antônio Houaiss, em seu mini Houaiss, dicionário da língua portuguesa (2001), currículo parece ser um simples vocábulo da língua, “1 Conjunto de matérias de um curso.”, não revela toda a implicação política, social, econômica, filosófica, pautada em interesses outros, muito além dos pedagógicos.

A análise aqui proposta compreende currículo prescrito como aquilo que é, historicamente, construído por meio de disputas políticas e de diferentes projetos de educação e nação, de forma que a seleção e a organização dos conhecimentos tidos como importantes são realizadas com base em princípios e valores estabelecidos nas relações de saber-poder com o propósito de produzir subjetividades desejadas. Assim, considera-se que o currículo não está dado e não é constituído de forma ingênua e neutra. Com isso, materializar um currículo, pensado para a escola instituída oficialmente, em um ensino remoto exige travessias curriculantes. Veja-se:

Ato de currículo como um conceito-dispositivo fundante para nossos argumentos, emerge nos explicitando, acima de tudo, que políticas e implementações curriculares não podem ser experienciadas como uma condenação sociopedagógica ou socioeducacional. Dos âmbitos dos nossos interesses, preferimos pensar numa multicriação implicada a compromissos educativos e formativos socialmente referenciados que podemos, democraticamente, legitimar ou não. Trata-se também de um processo de valoração não só do conceito em si, até porque estamos lidando com políticas de sentido a respeito do que é formativo. Aqui está um dos pontos fundantes da inspiração socioconstrucionista e política que esta obra produz como marca da sua emergência acontecimental (MACEDO, 2012, p. 14).

A complexidade e o caráter emergencial da situação educacional não admitem simplificar soluções nem postergar medidas necessárias. A abrangência dos problemas e seus impactos na população exigem a imediata atuação do Estado, por meio da implementação de ações e políticas públicas educacionais de enfrentamento dos desafios vivenciados, considerando, para isso, a devida destinação de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos. A superação de tamanhos desafios exige a ampla participação da comunidade escolar no processo de planejamento da ação educacional nesse momento, desde a discussão dos diferentes cenários e realidades, passando pela formulação de políticas e ações, controle social do processo de implementação, até a avaliação e eventual redirecionamento das ações para que se alcance os resultados almejados. Para tanto, o planejamento deve ser contextualizado e envolver diferentes fases em constante acompanhamento e monitoramento durante o retorno das atividades escolares.

Currículo não é um mero substantivo masculino desconectado da realidade. Na verdade, como termo, precisa de contexto para ganhar corpo. Currículo pode ser um conjunto de disciplinas, mas um conjunto à mercê de uma política de sentido própria, particular, a serviço de sistemas, de pessoas, de conjunturas. O currículo, como dispositivo traduz práticas e mecanismos de saber e poder localizados, seja local ou globalmente.

Com a prescrição do ensino remoto, fundamentado no documento Protocolo Educação: Ano letivo 2020 - 2021, implementado pelo Governo do Estado da Bahia, não há menção a esse conjunto de matérias de curso, nem isoladamente e muito menos, de modo contextualizado. Ao que parece, o currículo prescrito não recebeu um tratamento de caráter emergencial no documento, todavia na prática, o material didático, chamado de Cadernos de Apoio à Aprendizagem, criado e disponibilizado pelo Governo, atribuiu um caráter bastante emergencial a esse dito conjunto de matérias, sem divulgar o critério de escolha para os assuntos que constam desse material.

Ao dispor do Caderno de Apoio à Aprendizagem, constatam-se que as diretrizes metodológicas acerca da operacionalização do ensino remoto estão contempladas. O que o Governo pensou quanto à sistematização de tal ensino, está abarcado nesses cadernos, o que já

não se pode dizer quanto aos conteúdos que foram escolhidos. O Governo não menciona no documento a razão pela qual fez escolhas em detrimento de outras, ao ter que reajustar o currículo, oficializado, por último com a BNCC.

Ter que decretar o ensino remoto emergencial obrigou ao Governo ter que submeter o seu aparato educacional a novos arranjos pedagógicos, mas ao que parece, o Governo se ateu aos procedimentais, dedicando-se ao funcionamento do ensino com o uso das tecnologias, de modo remoto, sem aprofundar a discussão, mostrando a importância de fato, do currículo. Digase de passagem, nem do currículo prescrito. Daí emergem as travessias curriculantes, que permeiam ações de currículo na prática para viabilizar práticas de docência e discência, conforme realidades.

De certo, o currículo precisaria ser suprimido para que desse conta da proposta do currículo continuum, específico ao ensino remoto. Alguns cadernos se aproximam do currículo prescrito, previsto em livros didáticos, em documentos oficiais, no que diz respeito ao conteúdo programático, enquanto outros se distanciam completamente, fazendo com que docentes abortem o uso do caderno em respectiva série e ano. Mais uma vez, o currículo sucumbe a relações de interesses outros, que vão muito além das vontades e desejos de quem, verdadeiramente, pensa e faz educação neste país.

A urgência do ensino remoto parece estar em ser ofertado e não sobre o que é ofertado. A legislação sofreu alteração, documentos norteadores foram criados, material de apoio foi feito, mas o currículo não foi tratado. Talvez, o caráter emergencial do ensino remoto tenha desprovido o currículo do seu lugar de saber e poder.

PLANO DE APRENDIZAGEM E PROTOCOLO PARA O ENSINO REMOTO - CURRÍCULO CONTINUUM 2020-2021 - LEI 14.040 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Tratar sobre o Plano de Aprendizagem para o Ensino Remoto, bem como sobre o currículo continuum 2020 - 2021 e a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 mostra a necessidade de discorrer a respeito do amparo legal que cerca o ensino remoto emergencial e que termina por legislar sobre as práticas dos profissionais da educação, mais especificamente, professores e professoras, gestores e gestoras, neste caso.

A pandemia trouxe aos Poderes da nação, ao executivo, legislativo e judiciário a obrigatoriedade de manter a ordem neste país sob caráter de emergência, de excepcionalidade. Sendo assim, considera-se a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Observe-se:

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

II - no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo.

Com esta lei em vigor, já se sabia que ajustes seriam feitos, pois abriu-se mão da quantidade de dias letivos, adotando a quantidade mínima, prevista por lei, desde que não se perdesse a qualidade no ensino, o que parece estar acontecendo.

O aparecimento do currículo continuum se deu para este ano de 2021, sobre o qual está previsto o desenrolar de 2 anos em 1. O ano letivo de 2020, juntamente ao de 2021. Para isso, o documento norteador Protocolo da Educação para o ano letivo 2020 – 2021, em que contempla a concepção de currículo continuum, trata do assunto no subitem Carga-horária, localizada no item maior Planejamento. Desse jeito, currículo aproxima-se de carga-horária. Veja-se:

Conforme previsto na Lei 14.040/2020, as atividades letivas serão cumpridas no formato do continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares, possibilitando a integralização da carga horária não realizada em 2020, com foco nos objetivos de aprendizagem, respeitando-se as especificidades das ofertas e modalidades de ensino. Neste sentido, a carga horária a ser integralizada (700h, de 2020) deverá ser somada ao mínimo de 800 horas letivas de 2021 e organizadas no novo calendário escolar, totalizando o mínimo de 1.500 horas letivas (BAHIA, 2020, p. 6).

O documento não traz no seu bojo uma discussão sobre currículo, fazendo subentender que o currículo não carece de tratamento emergencial ou excepcional, o que não é bem verdade, pois ao acessar os Cadernos de Apoio à Aprendizagem disponibilizados, verifica-se um arranjo curricular para este fim remoto. Notadamente, o documento registra sua preocupação curricular, afinando-a à carga-horária, pois insiste:

A carga horária por componente curricular observará a proporção estipulada na matriz básica, por exemplo: Componente A tem carga horária “normal” de 80 horas, que corresponde a 10% da carga horária total (de 800 horas). Logo, na matriz de 1.500 horas letivas, esse mesmo componente precisará perfazer 150 horas letivas (10% da carga horária total de 2021), exceto no caso da carga horária da Educação Integral (BAHIA, 2020, p. 6).

No mínimo, é uma visão reducionista do que vem a ser currículo, categoria tão estudada, disputada nos cenários brasileiros da educação, sempre evidenciando embates políticos seríssimos neste país, revelados em livros didáticos escolhidos, em metodologias preferidas, em histórias contadas e não contadas. Enfim, parece que ainda não será dessa vez que a Educação no Brasil deixará de ser passiva diante de cenários conturbados.

Para Macedo (2012, p. 14) é possível vivenciar as experiências curriculares

nas experiências cotidianas miúdas, nas brechas, nas frestas e fissuras, nas reexistências afirmativas, nas transgressões, nas rasuras, nas rebeldias e traições cotidianas, nas opacidades, na clandestinidade, nas diversas micro-ousadias, nas epifanias que irrompem, acontecem ações instituintes.

PERCURSO DA PESQUISA

O delineamento metodológico adotado para a investigação, chamada Travessias curriculantes: o ensino remoto e o currículo continuum 2020-2021 emanou da inquietação a

saber qual é a percepção dos professores e gestores escolares sobre o ensino remoto e currículo contínuo 2020-2021, em um período denominado travessia, por dois motivos: a) transformar a docência com aulas analógicas, tradicionalmente arraigada na prática pedagógica do professor em aulas online, por meio de um ensino remoto; b) por ser um período de materialização de um currículo construído recentemente, ou seja, um período de travessias.

Ao trazer professores (as) e gestores (as) com suas percepções, a abordagem qualitativa, como sendo a adotada pela pesquisa, parece inevitável, pois:

[...] A relação entre o pesquisador e o seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento [...]", assim, inclina-se para a abordagem qualitativa em que, ainda segundo a autora: "[...] A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante (MYNAYO, 1994, p. 14-15).

Há a procura em conhecer o que a docência e a gestão estão vendo e sentindo com esta situação aplicada ao ensino, no formato remoto. Essas percepções precisam ser ouvidas, validadas e compartilhadas, servindo de troca formacional entre os pares.

Para subsidiar a pesquisa, resolveu-se pelo levantamento bibliográfico para consubstanciar as categorias de estudo aqui suscitadas, currículo, ensino remoto e currículo contínuo 2021. A compreensão de currículo, assim como, a de ensino remoto é necessária para tornar a pesquisa robusta, promovendo um diálogo entre o que está posto na bibliografia e as percepções dos sujeitos da pesquisa. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica corrobora bastante, quando afirma Gil (2002, p. 44) que: "[...] A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]."

A escuta dos interlocutores da pesquisa, docentes e gestores(as) do município de Riacho de Santana e a docentes e gestores (as) da rede de educação do estado da Bahia, aconteceu por meio de um formulário *online*, encaminhado via *WhatsApp* e *e-mail*. A escuta aconteceu nos dias 27 e 28 de abril de 2021. Ao todo foram encaminhados 100 formulários e obteve-se a devolução de 25. Considerando que no período da pesquisa estamos em meio a "uma Pandemia e que o Coronavírus, que causa a Covid 19", (ZANON et al 2020, p. 4), utilizamos o *WhatsApp* e o *e-mail*, como veículo de comunicação e coleta das informações.

A instrumentalização técnica desta pesquisa foi possibilitada por meio de questionário semiestruturado foi elaborado, sendo disparado de forma online entre grupos, cujos participantes pertencessem a esses dois *lócus*. Para tanto, questões foram elaboradas, buscando saber como cada interlocutor gostaria de ser identificada (a) no artigo, a formação acadêmica, considerando o curso e a percepção sobre a sua formação. Buscou-se ainda identificar quem participou da construção do currículo municipal ou estadual e para quem participou, como foi a experiência.

Após essas informações iniciais, questionou-se sobre a definição de currículo; o conhecimento acerca do Documento Curricular Referencial da Bahia para a educação infantil e ensino fundamental (DCRB) e do Referencial Curricular Municipal (RCM).

Na análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2004), é um conjunto de técnicas que analisa as comunicações e que utiliza procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens. Ela procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Os dados foram tabulados e organizados para em seguida, serem analisados e discutidos.

CURRÍCULO CONTINUUM 2020-2021- LEI 14.040 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

O currículo continuum 2020 - 2021 proposto pela rede estadual de ensino da Bahia está contemplado na criação do documento intitulado Protocolo da Educação para o ano letivo 2020 - 2021, que:

[...] Para a sua elaboração, a equipe da SEC se apoiou no arcabouço legal e normativo produzido no âmbito da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde; os marcos legais produzidos pelo Conselho Nacional e pelo Conselho Estadual de Educação; as Orientações Gerais para as Redes de Ensino da Bahia para o enfrentamento da emergência de saúde pública, produzido conjuntamente pela Secretaria da Educação da Bahia, a União dos Municípios da Bahia (UPB), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Também incorporou proposições oriundas das diversas reuniões e documentos produzidos por distintas instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, dedicadas a debater os cuidados no debate sobre as aulas no contexto da pandemia de COVID-19 (BAHIA, 2021, p. 2).

O protocolo traz a importância do currículo continuum 2020 - 2021, quando na sua apresentação, percebe-se que as orientações queridas com o documento giram em torno das questões de currículo. Observe-se:

Nesta perspectiva, o planejamento ora apresentado considera: i) a construção de um calendário letivo que dê cumprimento aos dispositivos legais, atendendo à carga horária dos dois anos letivos (2020 e 2021) dentro de um ano civil (2021); ii) uma proposta curricular que reconhece as especificidades e desafios deste momento, e que vem associada a um conjunto de medidas e recursos educacionais destinados a auxiliar professores e estudantes na reorganização dos tempos e espaços de ensino e aprendizagem; e iii) a adoção de protocolos sanitários e, a partir deles, a aquisição de bens e serviços para que as escolas consigam implementar as novas rotinas, incluindo intervenções na infraestrutura física e tecnológica, quando for possível o retorno de forma parcial ou integral ao ambiente escolar (BAHIA, 2021, p. 2).

A adoção do currículo continuum 2020 - 2021 pela rede estadual de ensino da Bahia foi definida da seguinte forma:

O ano letivo de 2021 associará o percurso curricular programado para dois anos letivos, 2020 e 2021, de forma gradativa. Neste formato, os planos de ensino são organizados a partir das aprendizagens essenciais não construídas ou não consolidadas em 2020, com transição gradual para o currículo de 2021, com avaliações contínuas e apoio pedagógico (BAHIA, 2021, p. 3).

No caminho do que foi explicitado anteriormente, pode-se dizer que o documento foi elaborado, que o ensino remoto, após um ano com escolas fechadas, aulas suspensas, entrou em cena. Todavia, não se pode dizer que o Governo da Bahia conseguiu associar o currículo “[...] a um conjunto de medidas e recursos educacionais destinados a auxiliar professores e estudantes na reorganização dos tempos e espaços de ensino e aprendizagem [...]” (BAHIA, 2020, p. 3).

Não foi criado um programa de auxílio pedagógico nem a discentes nem a docentes. O documento não contempla formação, muito menos política ou programa de amparo social de cunho pedagógico. O Protocolo discorre sobre operacionalização. Observe-se:

A rotina diária inclui 4 horas em atividades letivas formais (atreladas à matriz curricular) e 2 horas e 40 minutos de Atividades Curriculares Complementares diárias, que podem ser realizadas de forma presencial (quando oportuno) ou remota. Essa configuração soma 6 horas e 40 minutos de atividades letivas diárias corresponde a 400 minutos que, multiplicados pelos 228 dias letivos, totaliza 1.520 horas – superando discretamente o mínimo determinado pela lei. A partir desse desenho, o calendário letivo se desenvolverá ao longo de 42 semanas e será organizado em 6 unidades, onde cada unidade letiva terá, em média 7 semanas (BAHIA, 2021, p. 4).

Com o documento, Protocolo da Educação para o ano letivo 2020 - 2021 tem-se orientação quanto à forma de execução do ensino remoto neste continuum 2020 o 2021. Não há uma proposta, um encaminhamento sobre métodos, técnicas, práticas, mecanismos que assegurem a aproximação, a adaptação recíproca, conjunta entre o que se entende e se pretende com ensino remoto, sujeito docente, sujeito discente e sujeito gestor(a).

Na rede municipal de ensino de Riacho de Santana, considerando o Currículo Continuum 2020-2021, elaborado com base na Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020 e intitulado Plano de Trabalho para o Ensino Remoto, que recomenda: “o fazer pedagógico e as decisões administrativas deverão seguir as recomendações estabelecidas neste documento, através de ações pensadas e planejadas pela equipe gestora, professores e demais profissionais da educação” (SMERS, 202, p. 4).

Por se tratar de um documento orientador, fica assegurada às unidades de ensino **sua autonomia**, para organização dos planos pedagógicos e administrativos para o ensino remoto, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), Referencial Curricular Municipal (RCM) e Projeto Político Pedagógico (PPP), enquanto as medidas sanitárias - distanciamento social, estiverem orientadas como medidas de prevenção e disseminação do vírus (SMERS, 2021, p. 4).

Destaca ainda que o desafio assumido com a aprendizagem do aluno levou em consideração as “Diretrizes para as escolas”, presentes no plano de Ensino Remoto, quando afirma que é necessário

uso de estratégias metodológicas que favoreçam a interação entre professores e alunos que atendam todos os educandos, como webconferências, grupos de whatsapp, uso de podcast, aplicativo *padlet*, *google forms*, *play games*, *e-mail*, videoaulas, *chats*, atividades impressas, *quizzes*, redes sociais etc. (SMERS, 202, p. 8).

Ao considerar, o exposto acima e, conhecendo os professores da escola, a dificuldade com o uso da tecnologia, o acesso a computadores, pois, muitos não possuem computador ou notebook e os que possuem, dividem com os(as) filhos(as) que estudam, buscou-se organizar um horário e uma carga horária que tornasse possível desenvolver um trabalho de qualidade. Seguindo à risca o que pede o plano de trabalho para o ensino remoto.

Elaboração de horário de aulas que atenda à carga horária de cada componente curricular para o Ensino Fundamental (4 horas diárias com atividade com o professor, de forma síncrona, em casa ou na escola, e 2 horas destinada às atividades extras realizadas no turno complementar, de forma assíncrona). De modo que, assegure o cumprimento das 4 horas diárias à disposição para atendimento direto aos alunos. A elaboração do horário fica sob a responsabilidade e autonomia da gestão escolar (SMERS, 2021, p. 8).

Com essa determinação a Secretaria Municipal de Educação supostamente deu autonomia às escolas para organizarem os horários de trabalhos dos professores e os horários de aula dos alunos.

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E GESTORES SOBRE O CURRÍCULO CONTINUUM 2020-2021- LEI 14.040 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Para implementar a pesquisa, viu-se a necessidade de escutar um pouco docentes da rede municipal do município de Riacho de Santana, no interior da Bahia e docentes, pertencentes à rede estadual de ensino do mesmo estado, sobre suas impressões sobre currículo, ensino remoto, bem como o seu conhecimento acerca dos documentos que legislam sobre este processo educacional específico a esta conjuntura pandêmica. Para a realização da pesquisa foram organizados três blocos de perguntas: o primeiro versou sobre a identidade e formação; no segundo sobre currículo e no terceiro bloco documentos orientadores de currículo (DCRB e RCM).

As indagações trouxeram respostas sobre o grau de aproximação, de conhecimento por parte dos interlocutores da pesquisa, quanto à legislação, atrelando-a ao entendimento sobre currículo, considerando as implicações com o processo atual, inquirindo sobre formação, experiências e escolaridade.

Em relação a como gostariam de ser identificados no artigo, considerando que alguns preferem não terem seus nomes expostos serão aqui identificados como professor, seguida do número de ordem em que as respostas foram analisadas (P1, P2..., P22) e quanto aos gestores, participaram apenas três, serão denominados G1, G2 e G3.

Quanto à formação acadêmica dos gestores G1, possui 02 licenciaturas (Graduação em História e Gestão Pública) o G2, História e Cultura Afro-brasileira, G3 Licenciatura em Geografia. Quanto aos professores, 22 responderam as atividades, licenciatura em História 05, Licenciatura em Pedagogia 07, Licenciatura em Geografia 02, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Matemática 02 e Mestrado Profissional 02.

Quanto à percepção sobre a formação, todos os interlocutores afirmaram que a formação por eles escolhida contribui de forma significativa para o exercício profissional, pois, atrelado às licenciaturas, todos buscaram outras formações, outra graduação, uma ou mais de uma especialização e dois dos interlocutores possuem mestrado na área de educação. Essa busca se deu, devido ao entendimento de que a docência é desafiadora, uma vez que “a aprendizagem é um processo difícil, porém possível, pois cada indivíduo pode aprender, compartilhar suas vivências e interagir com a sociedade, dentro do limite e potencialidade de cada um” (P13, 2021). Para Nóvoa (2019, p. 6) “a atenção se concentra no modo como construímos uma identidade profissional, no modo como cada pessoa constrói o seu percurso no interior da profissão docente”.

Quanto a participação na construção dos documentos orientadores de currículo seis interlocutores afirmaram não participar e dezenove participaram. Para estes a experiência foi extremamente significativa,

Sim, muito boa, foi um momento significativo para a educação municipal (P4, 2021).

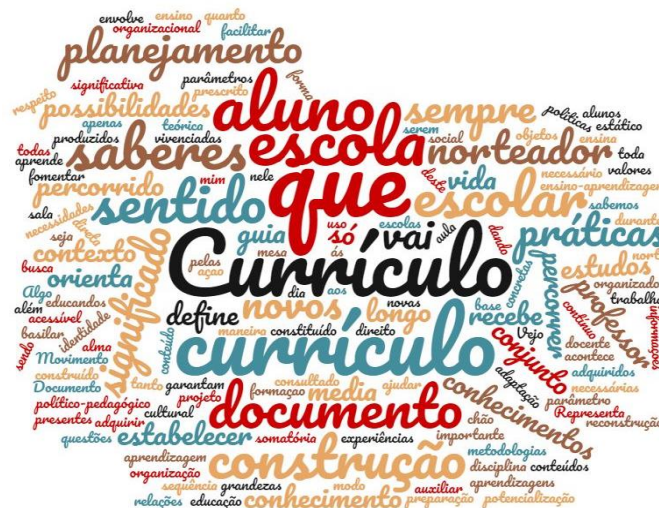
Sim, muito boa, pois foi um momento de muita aprendizagem (P8 2021).

Essa oportunidade de participar do processo de elaboração do currículo foi uma experiência enriquecedora e necessária, pois foi possível contribuir inserindo informações específicas sobre a realidade do nosso processo de ensino-aprendizagem local (P13 2021).

Uma experiência inexplicável, construir o alicerce que sustenta a educação municipal foi dar voz a quem de fato conhece a realidade e as necessidades que temos em nossas escolas. Construir sabendo para quem, e ter a certeza de que atenderá muito às demandas locais (G 3, 2021).

Considerando as respostas acima é possível entender o quanto essa participação foi significativa na construção dos saberes. Como afirma Macedo, (2012, p. 151) “é importante notar que o saber encontra-se de várias formas encarnado na existência social do ser. A relação com o saber é essencialmente formativa. É dela que advém a teia de significados que se torna base da realidade sobre a qual nos construímos”.

Quanto a definição de currículo, conforme evidencia a figura a seguir a concepção de currículo é um documento que envolve planejamento, conhecimento, estudos, prática, saberes e sentidos.



Fonte: Dados da Pesquisa, elaborado pelas pesquisadoras. Abril de 2021.

Os interlocutores apontam que currículo é um caminho a ser percorrido, considerando o conhecimento acontece no chão da sala de aula, os valores e os saberes a serem adquiridos. “Ato de currículo como um conceito-dispositivo fundante para nossos argumentos, emerge os explicitando, acima de tudo, que políticas e implementações curriculares não podem ser experienciadas como uma condenação sociopedagógica ou socioeducacional” (MACEDO, 2012, p. 14).

Quanto ao conhecimento sobre o Documento Curricular Referencial da Bahia para a educação infantil e ensino fundamental / DCRB e o Referencial Curricular Municipal, 11 pessoas afirmaram conhecer apenas o RCM e 14 afirmaram conhecer os dois documentos.

Quanto a utilização desses documentos foi questionado você utiliza o DCRB ou RCM em sua atuação docente e durante o planejamento apenas uma pessoa afirmou que não utiliza, 04 pessoas afirmou que az vezes utilizam e vinte afirmaram que sim, utilizam,

Se você utiliza, qual é a sua avaliação desse documento? As avaliações foram diversas conforme pode ser evidenciado nas falas a seguir:

Um ótimo referencial (P1, 2021).

Utilizo o RCM, avalio com nota 10 (P2, 2021).

Utilizo e avalio com bom, é minha base para o cotidiano escolar (P3, 2021).

Norteados e facilitador do nosso planejamento (P4, 2021).

Como o nome diz, Referência e não prescrição, me atenho ao RCM, aponta caminhos e possibilidades para se ir aonde a demanda da sala de aula implicar (G1, 2021).

O DCRB é ótimo, mas o RCM ficou melhor ainda, apesar de muito extenso (P5, 2021).

Sim. É um documento que seve de base para o planejamento do professor (P6, 2021).

Bom. Eles nos ajudam a organizar nosso planejamento, adequando-o de acordo com as necessidades de nossos alunos (P7, 2021).

É muito importante, pois através dele, podemos trabalhar as habilidades e competências necessárias a cada ano escolar (G2, 2021).

O RCM possibilita planejar a partir de uma perspectiva local para o geral, valorizando o saber local (P13, 2021).

Todas as falas apontam para a importância do documento como uma referência, como um orientador do processo de planejamento. As respostas para este estudo revelam que todos os participantes da pesquisa usam RCM e ou DCRB em suas aulas.

Como dito anteriormente, paralelo à implantação de um novo currículo tanto a rede estadual, como a rede municipal, está desenvolvendo o currículo continuum 2020/2021. Para compreender o que pensam os interlocutores da pesquisa foi questionado ainda como você avalia a participação dos alunos nas atividades do ensino remoto oferecido no Currículo Continuum 2020-2021.

As falas supracitadas, embora se restrinjam apenas três gestores, elucidam a precariedade da oferta do ensino, apontando a falta de formação de professores, a pouca participação dos alunos e o esvaziamento do currículo em um contexto de atividades remotas que não chegam a todos os alunos.

Nessa mesma linha os vinte e dois professores apontam como um momento muito desafiador, e como um processo que precisa ser melhorado, embora todos os planos foram realizados pensando no desenvolvimento e no atendimento de 100% dos alunos, baseando-se na realidade de cada unidade de ensino, mas infelizmente, alguns alunos ainda não recebem um ensino satisfatório, de acordo com o que se propõe no documento.

Bom, pena que muitas vezes faltam muitos recursos, capacitação do professor, uma plataforma específica (P1, 2021).

Um momento desafiador, tanto para os gestores, pais, professores e em especial os alunos, momento dos profissionais da educação se reinventar para que a aprendizagem seja significativa (P25, 2021).

Avalio como necessário e valido (P2, 2021).

Uma falácia (P4, 2021).

Para a educação pública, ineficiente, vez que não se garante as considerações para professores e alunos terem o mínimo de qualidade (P6, 2021).

Muito difícil, não atende 100% do público matriculado e k para nós, poderia ter todas as ferramentas, mas nada substitui a presença do professor e aluno num espaço de aprendizagem (P7, 2021).

Importante, mas infelizmente não atende todos os alunos, principalmente os que não tem acesso à internet (P8, 2021).

Desafiador, mas necessário... mesmo com todas as dificuldades está valendo à pena (P9, 2021).

No momento em que estamos vivendo com tanta insegurança foi uma ótima opção para diminuir o distanciamento entre o aluno e a unidade de ensino (P10, 2021).

São múltiplos os desafios, no domínio de novas ferramentas, no alcance de todos os alunos e na tentativa de manter a conexão mesmo para os sem acesso (P11, 2021).

O ensino remoto proposto é bom e ruim. Bom para quem estar tendo a oportunidade de ter acesso e ruim para quem é desprovido dessas condições (P12, 2021).

Razoável, com muitas falhas, mas ao mesmo tempo fazendo valer ser professora e ser aluno (P17, 2021).

Está sendo muito complicado trabalhar, por causa de alguns alunos que não possuem as ferramentas tecnológicas bem como alguns professores que também não possui e tem lugares que nem acesso a internet tem (P13, 2021).

Um processo aprendizado constante, em que apresenta desafios diários tanto para os alunos quanto para os gestores e professores, sendo algo necessário no atual momento para levar o conhecimento, com isso considero uma grande conquista que tem alcançado resultados positivos alcançando 95% público-alvo na escola (P19, 2021).

Dentre as dificuldades e desafios para o ensino remoto Currículo Continuum 2020-2021, foi apontado pelos interlocutores: falta de acesso à internet e aos aparelhos tecnológicos; O acesso a internet, a falta da presença física, que seria o contato direto com os alunos e os espaços educativos; A apropriação da parte técnica por parte do professor; A busca pelos alunos que não participam, a falta de conexão com internet etc.

Contudo, o ponto em houve maior destaque foi a falta de formação dos professores para o uso das tecnologias.

Quanto aos desafios, a pesquisa apontou o uso das novas tecnologias na prática de ensino pois nem todos os educadores receberam uma formação para uso dos novos aparatos tecnológicos.

ALGUMAS REFLEXÕES ADVINDAS COM O ESTUDO EM QUESTÃO

O estudo em questão suscitou algumas reflexões sobre, como não poderia deixar de ser, formação docente, ensino remoto, legislação educacional.

Testemunha-se no estado um quefazer docente muito mais intuitivo do que profissional. Uma prática movida pelo estado de calamidade, que também cerca a docência no estado. Não há um programa de auxílio nem pedagógico e muito menos financeiro à docência. Já não havia uma política estatal sobre formação de professores e não foram instituídos programas educacionais, que contemplassem a capacitação online docente. Diga-se, de passagem, que, entre os anos de 2015, 2016 e 2017, o Governo da Bahia ofereceu cursos de capacitação online aos docentes e à gestão escolar, destinados à instrumentalização no que tange a plataforma Google, com algumas das suas interfaces. Cursos estes sem discussão pedagógica, sem vinculá-los a discussões pedagógicas necessárias ao cotidiano escolar.

É bem provável que, talvez, essa conversa devesse ser iniciada pela falta de implementação de políticas públicas federais no âmbito das telecomunicações para tratar com resolutivas a respeito da precariedade e desonrosa conectividade neste país. A destacar, fala-se aqui de um estado, localizado no nordeste do Brasil, região não muito privilegiada, de extensão territorial enorme, com disparidades sociais abissais, que revelam problemas, principalmente, educacionais, bastante vergonhosos. Aqui, a fome, a seca, a pobreza são condições comuns, o que faz com que acesso à internet seja luxúria, agravando, desse modo, uma situação que nunca pareceu fácil, nem mesmo antes da pandemia.

Em relação à rede municipal de ensino, a situação não é diferente. Considerando que a pesquisa foi realizada em um pequeno município do interior da Bahia a situação é ainda mais constrangedora quando considera-se que no ano de 2020, na suspensão das aulas, os professores buscaram, por meio do *WhatsApp* estar enviando atividades aos alunos. A rede municipal contratou um sistema denominado Sistema Bravo, que era alimentado por uma equipe da secretaria municipal de educação, semanalmente com atividades interdisciplinares. Contudo, não capacitou os professores e nem a equipe gestora para o uso de tal sistema.

REFERENCIAS

BAHIA. **Protocolo da educação para o ano letivo 2020 - 2021**. Disponível em <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/protocolo-educacao-ano-letivo.pdf> Acesso em 26 abr. 21.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2004.

BRASIL. Decreto 19.529. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/governo-publica-decreto-com-medidas-para-o-enfrentamento-de-emergencia-ao-coronavirus> Acesso em 26 abr. 21.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disponível em:

http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf Acesso em 18 abr. 21.

BRASIL. Lei 14.040. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. In: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em 12 de abril de 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e processos formativos: experiências, saberes e culturas.** Salvador. EDUFBA, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso 22 abr. 21.

NÓVOA, ANTÔNIO. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação e Realidade.** duc. Real. vol.44 no.3 Porto Alegre, 2019. Epub Sep 12, 2019. In: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402. Acesso em 30 de abril de 2021.

RIACHO DE SANTANA, **Referencial Curricular Municipal. RCM.** Disponível em: <http://www.riachodesantana.ba.gov.br>. Acesso, 10 de abril de 2021.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZANON, C.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; WESCHLER, S. M.; FABRETTI, R. R.; ROCHA, K. N. da. **COVID-19: Implicações e aplicações da psicologia positiva em tempos de pandemia.** Disponível em: <https://www.scielo>. Acesso: 10/04/2021.

Submetido em: julho de 2021

Aprovado em: dezembro de 2021